

CEDI

Povos Indígenas no Brasil

Fonte: OESP Class.: Terra 212
Data: 18/06/92 Pg.: 1 - Cidades

TCU quer rever os direitos de exploração de riquezas

DIANA FERNANDES

BRASILIA — O Tribunal de Contas da União (TCU) quer que o Congresso reavalie a criação das Unidades de Conservação e a autorização para aproveitamento de recursos minerais em áreas indígenas. A decisão foi tomada ontem em sessão plenária do TCU, que aprovou por unanimidade o voto e a decisão do ministro Fernando Gonçalves, relator do processo da Auditoria Operacional realizada no Instituto Brasileiro de Meio Ambiente (Ibama). O ministro sugeriu que seja criada uma espécie de conselho, com representantes das Forças Armadas e de setores do Ministério das Minas e Energia e da Agricultura, para decidir sobre a criação de reservas ecológicas e exploração em áreas indígenas. O relatório foi encaminhado ao presidente Fernando Collor e ao Congresso.

"Acho que estão congelando os minérios brasileiros para atender interesses internacionais e devemos lembrar que essa é uma riqueza de todos os brasileiros e não só de uma parcela de brasileiros", justificou o ministro

Fernando Gonçalves. Ele disse que ficou perplexo ao tomar conhecimento de que a criação de reservas ecológicas e indígenas passa ao largo da decisão da sociedade civil. "Estamos manifestando nossa preocupação, que é também dos militares", afirmou o ministro. Ele confirmando que, para fazer seu relatório, consultou alguns segmentos da sociedade, "como os militares, por exemplo".

No documento, é pedida atenção do congressistas para os critérios de criação de unidades de Conservação e Áreas Indígenas, "notadamente quando estabelecidas sobre áreas onde o subsolo é rico em minérios estratégicos". O relator negou que estivesse recomendando ao Congresso que seja revista essa questão e observou que estava apenas auxiliando no caso, porque esse é o papel do TCU.

Fernando Gonçalves apontou essa como a decisão principal sobre a Auditoria Operacional realizada pelo TCU no Ibama, em abril, para apurar irregularidades administrativas. A auditoria, em 8 superintendências do Ibama, apontou 43 irregularidades na instituição.